

# QGEP Participações S.A.

*Demonstrações financeiras  
Individuais e Consolidadas  
referente aos exercícios findos em  
31 de dezembro de 2018 e 2017.*

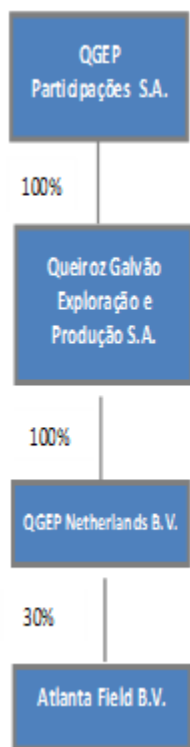
## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

### Estrutura societária

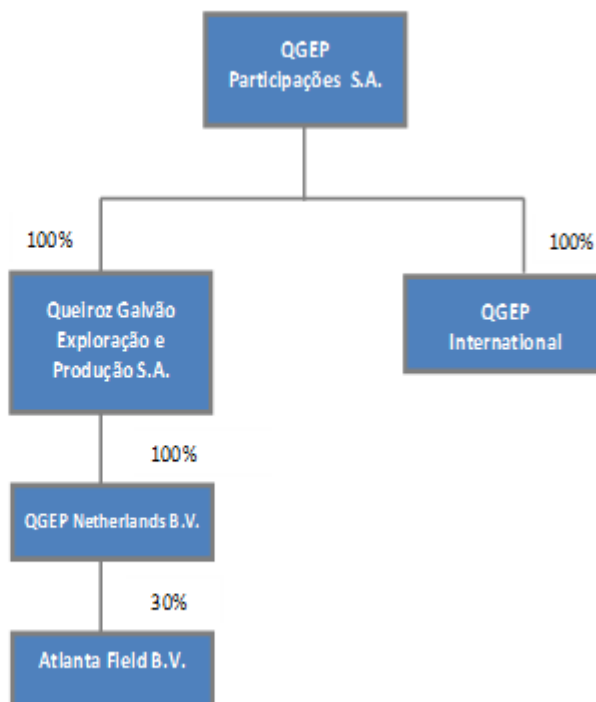
A QGEP Participações S.A. com sede na Avenida Almirante Barroso 52, sala 1301 (parte), Rio de Janeiro (“Companhia” ou “QGEPP”) tem como objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

A Companhia apresentava a seguinte estrutura societária (“Grupo”) para os exercícios apresentados:

31 de dezembro de 2018:



31 de dezembro de 2017:



A controlada direta Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”) tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados, operação na navegação de apoio marítimo e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica, mediante concessão ou autorização das autoridades competentes.

A QGEP Netherlands B.V. (“QGEP B.V.”) com sede na cidade de Roterdã, na Holanda, controlada integral da QGEP, tem como objeto social constituir, gerenciar e supervisionar empresas; realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais; bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas às atividades descritas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

A Atlanta Field B.V. (“AFBV”) com sede na cidade de Roterdã, Holanda, é controlada indireta da QGEP e direta da QGEP B.V., a qual detém 30% de participação societária. A AFBV tem como principal objeto social a aquisição, orçamento, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração e aproveitamento da área de concessão e, ainda, adquirir, administrar e operar equipamentos, incluindo aqueles registrados para apoiar as atividades declaradas do Grupo. A AFBV possui ainda a OGX Netherlands Holding B.V. e a FR Barra 1S.àr.l., como acionistas com 40% e 30%, respectivamente, de participação. A AFBV foi criada visando a parceria dos mencionados acionistas com a QGEP na concessão do Bloco BS-4.

O Campo de Atlanta teve sua produção iniciada em maio de 2018. O óleo está sendo produzido para o FPSO Petrojarl I, e será vendido para a Shell, que contratou a compra de todo o óleo do Sistema de Produção Antecipada (SPA) do Campo.

Em 10 de abril de 2017 o Conselho de Administração aprovou o encerramento das operações da empresa QGEP International GmbH, com sede na cidade de Viena, a qual não possuía atividade operacional. Em 17 de julho de 2018, a Corte Comercial de Viena registrou a liquidação da QGEP International GmbH, tendo as atividades desta sociedade sido formalmente encerradas nesta data, não havendo como consequência qualquer impacto contábil relevante.

Conforme já divulgado pela Companhia, e tendo em vista a inadimplência histórica da Dommo com suas obrigações de aporte financeiro no consórcio do bloco BS-4, a Barra Energia exerceu em 11 de outubro de 2017 os direitos de expulsão previstos nos documentos do consórcio.

A Dommo contestou a validade de sua expulsão no consórcio BS-4 em procedimento arbitral perante o Tribunal Arbitral. Os direitos de participação relativos ao parceiro expulso do consórcio refletem 40% da concessão (**“Direitos de Participação em Disputa”**).

Em 25 de setembro de 2018, o Tribunal Arbitral declarou a validade da expulsão desde 11 de outubro de 2017 e a perda dos Direitos de Participação em Disputa da Dommo, a transferido 20% de participação adicional à QGEP (**“Participação Adicional”**), que passou a consolidar 50% de participação no bloco BS-4, com efeitos retroativos a partir de 11 de outubro de 2017 e reconhecidos em novembro de 2018.

Esta decisão foi submetida a pedido de esclarecimento de interpretação pela Dommo, tendo o Tribunal negado tal pedido em 24 de dezembro de 2018. Essa decisão é final e não está sujeita a recursos.

Nesse contexto, a QGEP requereu e já obteve a aprovação do CADE para a implementação da transferência da Participação Adicional, conforme publicação no D.O. de 31 de janeiro de 2019. A QGEP, em conjunto com a Barra Energia, também já solicitou à ANP dar seguimento à formalização da transferência da Participação Adicional nos termos dos acordos do consórcio e expressamente ratificados pela decisão arbitral.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo encontra-se descrito nos tópicos abaixo:

### 2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o exercício estão incluídos nas informações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto o investimento em sua joint venture.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Participações da Companhia em controladas

As demonstrações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, compreendem as informações financeiras de suas controladas diretas e indiretas, utilizando a mesma data base:

	<u>País de operação</u>	<u>Controle</u>	<u>Participação</u>	
			<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
QGEP	Brasil	Direto	100%	100%
QGEP International (*)	Áustria	Direto	-	100%
QGEP B.V.	Holanda	Indireto	100%	100%

(\*) Conforme nota explicativa 1, em 17 de julho de 2018, a Corte Comercial de Viena registrou a liquidação da QGEP International GmbH, tendo as atividades desta sociedade sido formalmente encerradas nesta data.

2.4. Participações em negócios em conjunto (“*joint venture*”)

Uma “*joint venture*” é um acordo contratual por meio do qual uma Companhia exerce uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “*joint venture*” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os acordos de “*joint venture*” que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

A controlada indireta QGEP B.V. apresenta participação em entidade controlada em conjunto nas suas demonstrações financeiras usando o método de equivalência patrimonial.

Participações da Companhia em negócios em conjunto

	<u>País de operação</u>	<u>Controle</u>	<u>Tipo de negócio</u>	<u>Participação</u>	
				<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
AFBV	Holanda	Indireto	Negócios em conjunto ( <i>Joint venture</i> )	30%	30%

2.5. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera em um único segmento: exploração e produção (E&P) de óleo e gás.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

2.7. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.8. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, o Grupo, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - “*Exploration for and evaluation of mineral resources*”.

Os gastos relevantes com manutenções das unidades de produção, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento do IAS 16 (CPC 27) forem atendidos. Essas manutenções ocorrem, em média, a cada cinco anos e seus gastos são depreciados até o início da parada seguinte e registrados como custo de produção.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Os gastos com perfuração de poços onde as avaliações de viabilidade não foram concluídas permanecem capitalizados no imobilizado até a sua conclusão. Gastos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto os determinados como não viáveis (“*dryhole*”) são registrados diretamente na demonstração de resultado na conta de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás.
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas desenvolvidas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. Atualmente, apenas os gastos relacionados com os campos de Manati e Atlanta (a partir de maio de 2018) vêm sendo amortizados.

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos e financiamentos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

O Grupo apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e são amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas totais quando entram na fase de produção.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

Para os ativos em desenvolvimento e produção, a Companhia avalia a necessidade de *impairment* dos mesmos através do valor em uso empregando o método dos fluxos de caixa estimados descontados a valor presente utilizando taxa de desconto antes dos impostos pela vida útil estimada de cada ativo e compara o valor presente dos mesmos com o seu valor contábil na data da avaliação. Premissas futuras, obtidas de fontes independentes sobre reserva de hidrocarbonetos, câmbio na moeda norte-americana, taxa de desconto, preço do barril e custos são considerados no modelo de teste de *impairment*.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada no momento da perfuração do poço após a declaração de comercialidade de cada campo e tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área e também quando exista possibilidade de mensurar os gastos com razoável segurança, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (nota explicativa 17). A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados, quando aplicável. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto) no modelo de apuração da obrigação futura são alocadas diretamente no resultado do exercício (resultado financeiro líquido).

2.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) e os critérios definidos na nota explicativa 2.8, os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando houver perdas decorrentes das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.10. Gastos associados às *joint operations* de exploração e produção

Como operadora das concessões para exploração e produção de petróleo e gás, uma das obrigações da Companhia é representar a *joint operation* perante terceiros. Nesse sentido, a operadora é responsável por contratar e pagar os fornecedores dessas *joint operations* e, por isso, as faturas recebidas pela operadora contemplam o valor total dos materiais e serviços adquiridos para a operação total da concessão. Os impactos no resultado individual da operadora, entretanto, refletem apenas as suas participações nas concessões já que as parcelas associadas aos demais parceiros são cobradas dos mesmos mensalmente. A operadora estima os desembolsos previstos para o mês subsequente, com base nos gastos já incorridos ou a incorrer na operação, faturados ou não pelos fornecedores. Estes gastos são cobrados aos parceiros através de *cash calls* e a prestação de contas é feita mensalmente através do relatório *billing statement*.



#### 2.11. Estoques

Representados por óleo produzido no campo de Atlanta e por ativos adquiridos de terceiros, principalmente na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória e de desenvolvimento. Uma vez utilizados e, dependendo da fase da campanha (exploratória ou desenvolvimento), esses materiais são reclassificados de estoques para imobilizado ou ao resultado. Os estoques de materiais são registrados ao custo de aquisição e ajustados, quando aplicável, ao valor de sua realização (nota explicativa 7). A previsão de sua utilização conforme plano futuro de exploração e desenvolvimento corroboram a classificação como ativo circulante.

#### 2.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações financeiras consolidadas.

#### 2.13. Provisão para processos judiciais

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados (nota explicativa 16).

#### 2.14. Obrigações legais

Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, líquido dos depósitos judiciais correspondentes.

#### 2.15. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade, controle e dos seus riscos inerentes a terceiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

2.16. Imposto de renda e contribuição social

Esses tributos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicáveis, apenas quando e até o montante que possa ser considerado como de realização provável pela Administração (de acordo com modelo de negócios aprovados pela Administração e pelos conselhos de governança da Companhia).

2.17. Incentivos fiscais

2.17.1. Federais

a) Sudene – Lucro da exploração

Por possuir o Campo de Manati, que está localizado na área de abrangência da Sudene, a QGEP detém o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicional, calculados com base no Lucro da Exploração durante 10 (dez) anos, usufruindo deste benefício a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Destaca-se que, o referido benefício foi prorrogado devido à modernização e expansão do campo de Manati, e sua finalização ocorrerá em 31 de dezembro de 2025. Na investida operacional QGEP, o valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

Este benefício está enquadrado como subvenção de investimento, atendendo às normas previstas no Artigo 30 da Lei 12.973/2014.

b) Aceleração dos gastos de desenvolvimento

A controlada QGEP passou a utilizar em 2018 o benefício fiscal da aceleração dos gastos de desenvolvimento para o Campo de Atlanta, conforme disposto na Lei nº 13.586/17, regulamentada pela IN RFB nº 1778/17. Neste sentido, a amortização dos referidos gastos vem sendo acelerada em 2 vezes e meia para fins fiscais.

2.17.2. Estaduais

a) Crédito presumido - ICMS

De acordo com o Decreto 13.844/12, do Governo da Bahia, a QGEP usufrui de um crédito presumido de 20% do imposto estadual incidente - ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas saídas de gás natural devido ao investimento em unidade de compressão com o objetivo de viabilizar a manutenção da produção. Este benefício irá perdurar até 2022.

Na investida operacional QGEP, esta subvenção para investimento do ICMS é registrada na rubrica “impostos incidentes sobre as vendas” e posteriormente, quando do encerramento do exercício, é destinada à rubrica de “Reservas de lucros - incentivos fiscais” no patrimônio líquido, atendendo às normas previstas no Artigo 30 da Lei 12.973/2014.

#### 2.18. Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na nota explicativa nº 26 (iii).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio líquido (“plano de opção de ações”). No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão eventualmente adquiridos.

O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Plano de Opções de Ações”.

#### 2.19. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

#### 2.20. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento. As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas de acordo com o CPC 48/IFRS 9, que contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes) e VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo

A adoção da IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de hedge).

## 2.21. Ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado. Não houve alteração retrospectiva na adoção do IFRS 9 em relação ao IAS 39 para anos anteriores.

### 2.21.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquiridos principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. O Grupo possui equivalentes de caixa (CDB/CDI (pós-fixado) e debêntures compromissadas), aplicações financeiras e opções de venda de óleo classificadas nesta categoria.

### 2.21.2. Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo possui caixa restrito e aplicação financeira não circulante classificado nesta categoria.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

2.21.3. Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas; (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

2.21.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ da IAS 39 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39.

Ativos financeiros são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.
- Aumento significativo do risco de crédito da contra-parte

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.22. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”. O Grupo não possui passivos financeiros a valor justo.

2.22.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. O Grupo possui empréstimos e financiamentos classificados nesta categoria.

2.23. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP assim como de sua controlada brasileira QGEP, em operação, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é a moeda corrente do Brasil - Real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserido e a forma como é gerido. A controlada indireta e a controlada em conjunto sediadas na Holanda, utilizam o dólar norte-americano (US\$) como moeda funcional. As demonstrações financeiras das controladas e controlada em conjunto são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da QGEPP.

Essa definição da moeda funcional foi baseada na análise dos seguintes indicadores, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 02 (R2):

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda na qual são obtidos ou investidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais (venda dos derivados de petróleo e arrendamento de equipamentos).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

2.23.1. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão.

2.24. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.25. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

Esta demonstração é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.26. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico / diluído é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria no período.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

2.27. Novas normas, alterações e interpretações

a) IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não antecipou a adoção desta norma.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Os efeitos na data de transição, em suas respectivas contas contábeis, são como seguem:

	<u>31/12/2018</u>
Ativo – Direito de uso	739.368
Passivo - Direito de uso a pagar	867.989
Passivo – Ajuste a valor presente	<u>(128.621)</u>
Total passivo	739.368

b) Outras alterações:

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40);
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento; e
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.28. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

2.29. CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

O CPC 47 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis do Grupo com relação a outras fontes de receita.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social e a avaliação e determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os seus efeitos contábeis às novas estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

3.1.1. Investimentos atualizados ao custo amortizado

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade do Grupo manter esses ativos até o seu vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$379.808 e R\$158.270, respectivamente (caixa restrito). Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na nota explicativa nº 10.

3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

3.2.1. Avaliação de instrumentos financeiros

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, incluindo valor justo de opção de compra de ações. As notas explicativas 24 e 25 oferecem informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros e sua sensibilidade.

3.2.2. Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na nota explicativa 2.9, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante o exercício, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

3.2.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, bem como diferenças temporais, são reconhecidos apenas na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente para sua realização com base em projeções e previsões elaboradas pela sua Administração e aprovadas pelos órgãos de governança. Estas projeções e previsões futuras preparadas anualmente incluem várias premissas relacionadas às taxas de câmbio na moeda norte-americana, taxas de inflação, volume de produção dos ativos de hidrocarbonetos, preço do barril de petróleo, gastos exploratórios e compromissos, disponibilidade de licenças, e outros fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30% do lucro tributável anual.

3.2.4. Provisão para processos judiciais

O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado (nota explicativa 16). Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados.

Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições, envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração e de seus assessores legais quanto aos resultados das decisões legais.

3.2.5. Estimativas das reservas provadas e de reservas prováveis (amortização de ativo imobilizado e intangível, provisão para abandono e análises de *impairment*)

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são anualmente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que o Grupo assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis estimadas.

A estimativa do volume das reservas é base de apuração da parcela de amortização e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono (nota explicativa 2.9), de sua recuperação quando da sua baixa contábil dos ativos imobilizados e intangíveis e das análises de *impairment* nos ativos de exploração e produção.

A metodologia de cálculo dessa provisão de abandono consiste em estimar, na data base de apresentação, quanto o Grupo desembolsaria com gastos inerentes a desmantelamento das áreas em desenvolvimento e produção naquele momento.

Esta provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados prospectivamente. Revisões das estimativas na provisão de abandono são reconhecidas prospectivamente como custo do imobilizado, sendo os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto), considerados no modelo de apuração da obrigação futura, alocadas diretamente no resultado (nota explicativa 17).

Os gastos de exploração (gastos com perfurações bem sucedidas ou em avaliação) e bônus de assinatura são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na nota explicativa 2.8. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção são baseadas no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejada pelo comitê de operações do consórcio.

3.2.6. Provisão para participação nos lucros

A participação nos resultados paga aos colaboradores é baseada na realização de métricas de desempenho individual da área em que atuam internamente, indicadores financeiros e do resultado da Companhia. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do exercício com base no resultado apurado e na melhor estimativa das metas atingidas, conforme as diretrizes da Lei nº 10.101/2001, que regulamenta a Participação nos Lucros dos empregados nas empresas.

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

## a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>118</u>	<u>1.046</u>
Total	<u>118</u>	<u>1.046</u>
	Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>60.038</u>	<u>18.815</u>
Total	<u>60.038</u>	<u>18.815</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía somente caixa e depósitos bancários a prazo para fazer frente a pagamentos já programados.

## b) Aplicações financeiras (circulante e não circulante)

	Controladora	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fundo de investimento exclusivo - renda fixa (ii)	<u>37.875</u>	<u>65.855</u>
Total	<u>37.875</u>	<u>65.855</u>
Circulante	<u>37.875</u>	<u>65.855</u>
	Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Operações Compromissadas e CDBs (i)	70.389	222.632
Fundo de investimento exclusivo multimercado (ii):	<u>1.799.813</u>	<u>1.808.289</u>
Renda fixa	-	10.858
Operações Compromissadas (debêntures)	-	54.117
CDB (pós-fixado CDI)	9.881	9.261
Títulos públicos (LFT/NTN)	1.129.408	1.278.713
Letras Financeiras (iii)	<u>660.524</u>	<u>455.340</u>
Total	<u>1.870.202</u>	<u>2.030.921</u>
Circulante	<u>1.870.202</u>	<u>1.874.376</u>
Não circulante (i)	=	<u>156.545</u>

- i. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do consolidado classificado como ativo não circulante refere-se à aplicação financeira em operações compromissadas e CDBs, colateral de fiança com vencimento em 2021 (nota explicativa 15), podendo ser alterados a qualquer momento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

Em 31 de dezembro de 2018, esta garantia foi retirada do Banco Santander e transferida para o Citibank e não pode ser alterada por 2 anos. Este valor foi reclassificado para caixa restrito.

- ii. A controlada QGEP possui fundo de investimento exclusivo multimercado, sem perspectiva de utilização dos recursos em um prazo de 90 dias da data de sua aplicação, que investe em cotas de dois fundos exclusivos de renda fixa lastreados em títulos públicos indexados à variação da taxa Selic e títulos privados indexados à variação da taxa do CDI.
  - iii. Letras Financeiras dos Bancos ABC, ABN, Bradesco, Banco do Brasil, BNP, Safra, Itaú, Santander e Votorantim.
- c) Rentabilidade

A rentabilidade dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi equivalente à média de 99,44% da variação da taxa CDI acumulada do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (102,13% da taxa CDI até 31 de dezembro de 2017).

## 5. CONTAS A RECEBER

A QGEP tem contrato de longo prazo com vencimento em junho de 2030 para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras do Campo de Manati, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual corrigido pela inflação brasileira, com cláusula de *take or pay*. Em 16 de julho de 2015, foi assinado o aditivo ao referido contrato de venda de gás que previa a compra do volume de 23 bilhões de m<sup>3</sup> de gás, que elevou o volume total contratado para toda a reserva do Campo, mantendo-se os demais termos e condições do contrato original.

Os saldos de contas a receber nos montantes de R\$134.424 e R\$128.539 registrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente, referem-se basicamente a:

- Operações de venda de gás para a Petrobras (R\$94.187 em 31 de dezembro de 2018 e R\$128.539 em 31 de dezembro de 2017), os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias após a emissão da nota fiscal.

Em 31 de dezembro de 2018 a QGEP não possui registrado nenhum valor (R\$11.970 em 31 de dezembro de 2017) a receber em contrapartida de obrigação firmada pela entrega futura que deverá ser realizada devido à cláusula de *take or pay* do contrato. Todo o montante devido já foi recebido até a presente data.

A Companhia possui um com a Shell para a comercialização da produção do SPA do Campo de Atlanta. As vendas de óleo são Free on Board (FOB) no FPSO, com um mecanismo de preço netback.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

- Parcela da QGEP na venda de óleo do bloco BS-4, para o cliente Shell, por meio de contrato com vencimento em maio de 2021, no montante de R\$40.237 em 31 de dezembro de 2018, com o prazo médio de recebimento de 45 dias.

Com a adoção do IFRS 9, não houve alteração em relação à provisionamento de não recebimento do contas a receber. Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, não há provisão para não recebimento dos saldos de contas a receber.

## 6. CRÉDITOS COM PARCEIROS

Refletem gastos incorridos nas atividades de E&P que são cobrados (“Cash Calls”) ou a serem cobrados aos parceiros não operadores nos respectivos consórcios, ou alocados pelos parceiros operadores à Companhia nos blocos não operados pela QGEP.

Até 31 de dezembro de 2017 o montante referente a 40% da parcela dos direitos de participação no bloco BS-4 era de R\$60.109.

Em 31 de dezembro de 2018, do total dos valores, R\$ 22.480 (R\$18.429 em 31 de dezembro de 2017) são correspondentes aos aportes da QGEP em razão Cash Calls emitidos até 11 de outubro de 2017 devidos pela Dommo e não pagos. Este valor foi calculado nos termos da decisão do Tribunal Arbitral LCIA nº UN173772 (“Tribunal Arbitral”), que condenou a Dommo Energia S.A (“Dommo”) em 29 de janeiro de 2019. Essa decisão é final e vinculante, não sujeita a recursos.

Outros créditos relativos a outros consorciados não vencidos: R\$27.297 e R\$29.467, respectivamente, relativos ao período de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

## 7. ESTOQUES

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de estoques é composto, basicamente, pelo estoque de óleo, devido ao início da produção do Campo de Atlanta em maio de 2018.

	Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Óleo	11.658	-
Materiais e insumos	<u>1.110</u>	<u>863</u>
Total	<u>12.768</u>	<u>863</u>
 Circulante	 <u>12.768</u>	 <u>863</u>

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

## 8. PARTES RELACIONADAS

## (i) Transações com parte relacionadas

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, descritas na nota explicativa 12, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Ativo – circulante</u>				
Contas a receber - AFBV (a)	-	-	16.501	830
Contas a receber - QGEP. (b)	-	163.244	-	-
Contas a receber – QGEP B.V.	-	-	82	34
Contas a receber – OGX Netherland (c)	=	-	<u>24.098</u>	<u>19.164</u>
Total	=	<u>163.244</u>	<u>40.681</u>	<u>20.028</u>

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
<u>Passivo – circulante</u>		
Contas a pagar - QGOG (d)	7	7
Contas a pagar - AFBV (e)	<u>43.491</u>	<u>3.097</u>
Total	<u>43.498</u>	<u>3.104</u>

	Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
<u>Resultado</u>		
Receita de serviços (a)	692	7.372
Variação cambial sobre receita de serviços	72	153
Despesas gerais e administrativas (d)	<u>(81)</u>	<u>(91)</u>
Total	<u>683</u>	<u>7.434</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2017, o valor refere-se a serviços de consultoria técnica prestados pela QGEP para AFBV para aquisição pela controlada no exterior de equipamentos, pagos ao longo do primeiro semestre de 2018. Estes valores eram pagos em dólar norte-americano. Em caso de atraso do pagamento, multa de 2% e juros de 1% ao mês, pro rata dia, seriam cobráveis. Este contrato foi integralmente quitado em junho de 2018.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo refere-se ao fato de que a QGEP, como operadora do Consórcio BS-4, firmou junto à AFBV um contrato de afretamento a casco nu em 18 de janeiro de 2016 para o afretamento de uma unidade flutuante de produção, armazenagem e descarga denominada FPSO Petrojarl I, a ser utilizada pela QGEP em suas operações no campo de Atlanta na Bacia de Santos. A aceitação da FPSO Petrojarl I foi materialmente atrasada, prejudicando as atividades da QGEP atrasando a estimativa original de primeiro óleo e, levando em consideração que o contratado da AFBV assumiu a responsabilidade relacionada ao Atraso da FPSO Petrojarl I, as Partes concordaram em reverter o valor dos danos de atraso do proprietário da FPSO recebidos pela AFBV em benefício do Consórcio operado pela QGEP.

Neste sentido, a QGEP registrou o equivalente a 50% de uma receita no montante de US\$23.712 mil já acrescido de juros no final de cada mês civil após 10 de agosto de 2018 relativos a taxa de LIBOR acrescida de 5% ao ano sobre o então saldo residual da dívida.

Após o abatimento de uma despesa do Consórcio com a AFBV de US\$2.625 mil, o valor do acordo será pago da seguinte forma: (i) pagamento antecipado de US\$7.000 mil, que foi compensado pela QGEP contra AFBV na taxa de afretamento incorrida em maio, junho e julho de 2018, respectivamente nos valores de US\$1.563mil, US\$2.938mil e US\$2.498 mil. Os valores registrados na QGEP se referem ao equivalente a 50% dos valores referidos acima.

O saldo residual do Valor do Acordo será compensado durante os 15 meses seguintes de faturas de afretamento, resultando em uma compensação de US\$25 mil por dia (a “compensação diária”) sobre a taxa diária de afretamento aplicável.

- (b) Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2017, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) no valor de R\$189.603 (valor líquido de retenção de IRRF de R\$161.163), a serem imputados ao dividendo obrigatório do exercício do ano de 2017. O valor foi pago pela empresa QGEP à QGEPP no dia 20 de abril de 2018. Em 31 de dezembro de 2017, adicionalmente ao valor de JCP, o montante de R\$2.081 refere-se à despesa com a realização do Plano de Stock Option.
- (c) Basicamente, valor a receber da OGX Netherlands B.V referente aos *fundings requests* para aporte na AFBV, vencidos em 04 de julho de 2016, 29 de agosto de 2016, 27 de setembro de 2016, 14 de dezembro de 2016 e 05 de janeiro de 2017 e que foram carregados igualmente pela QGEP Netherlands B.V e pela FR Barra 1 S.à r.l, controladores em conjunto da AFBV junto à OGX Netherlands B.V.. Os valores são em dólares norte-americanos e, portanto, sofrem incidência de variação cambial.
- (d) O montante decorre do rateio de despesas pelo compartilhamento de recursos humanos especializados da Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. (QGOG) para contratação de seguros. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% ao mês.
- (e) Referem-se ao contrato de arrendamento de equipamentos *subsea* (pagamento trimestral) e ao FPSO Petrojarl I, celebrados entre a QGEP e a AFBV. Estes valores são pagos em dólares norte-americanos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

(ii) Garantias e fianças com partes relacionadas

A Companhia outorgou garantia de performance, em favor da ANP, quanto a todas as obrigações contratuais assumidas pela QGEP nos Contratos de Concessões firmados no âmbito da 11ª Rodada de Licitação.

A QGEP possui outorga de fiança para garantir o financiamento contratado junto ao BNB (Banco do Nordeste do Brasil), conforme mencionado na nota explicativa 15.

A QGEPP garante através de aval corporativo os empréstimos contratados pela QGEP da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e do BNB, conforme mencionado na nota explicativa 15.

A Companhia é garantidora da AFBV junto à Teekay no contrato de afretamento do FPSO Petrojarl 1, conforme mencionado na nota explicativa 23 c.

(iii) Remuneração dos Administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada e demais benefícios previstos no acordo coletivo), os respectivos encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Benefícios de curto prazo	3.908	3.844	9.686	7.882
Plano de opção de ações	-	-	101	2.118

Não são oferecidos pela Companhia benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e/ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pelo plano de benefícios de aposentadoria descrito na nota explicativa 29.

9. BENS DESTINADOS À VENDA

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica ‘bens destinados à venda’, no valor de R\$70.003 representa os valores do intangível dos acordos de farm-out realizados com a ExxonMobil Exploração Brasil Ltda. (“ExxonMobil”) e com a Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda. (“Murphy Oil”) para os blocos SEAL-M-351 (R\$44.702) e SEAL-M-428 (R\$25.301) localizados na Bacia de Sergipe-Alagoas. Conforme os termos dos contratos de farm-out, a QGEP manterá 30% de participação e a ExxonMobil e Murphy Oil adquiriram 50% e 20%, respectivamente (nota explicativa 14). O CADE aprovou a transação em 20 de outubro de 2017 e a ANP em 10 de abril de 2018. O montante devido já foi integralmente recebido pela QGEP em 31 de dezembro de 2018.

QGEF PARTICIPAÇÕES S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)**10. CAIXA RESTRITO**

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Aplicação financeira - Garantidoras (a)	177.445	20.255
Fundo de abandono (b)	<u>202.363</u>	<u>138.015</u>
Total caixa restrito	<u>379.808</u>	<u>158.270</u>

(a) Garantia para empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa 15.

(b) O “fundo de abandono” é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o compromisso de pagamento do abandono do Campo de Manati e do Campo de Atlanta, sendo as regras dos fundos aprovadas pelo consórcio e administradas pelos operadores de cada bloco.

A rentabilidade acumulada do fundo de abandono de Manati (R\$183.984) foi de 10,61% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (8,25% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017) e do fundo de abandono de Atlanta (R\$18.379) foi de 95% do CDI para o mesmo exercício.

**11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES****11.1. Impostos e contribuições a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Antecipação IR e CSLL	1	-	10.318	36.925
Imposto retido na fonte (a)	541	-	22.530	12.327
Saldo negativo IRPJ e CSLL	-	-	762	710
Crédito PIS/COFINS	-	-	3.429	4.169
ICMS - ativo imobilizado	-	-	426	81
Outros	-	-	751	-
Total	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>38.216</u>	<u>54.212</u>
Circulante	<u>542</u>	<u>=</u>	<u>34.449</u>	<u>50.024</u>
Não circulante	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>3.767</u>	<u>4.188</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

11.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ICMS (b)	-	-	3.924	5.995
PIS/COFINS (c)	9	17.552	8.326	28.422
IRRF	-	63	1.701	1.486
IR e CSLL	-	10.966	679	10.966
Royalties (d)	-	-	5.794	4.012
Participação especial (d)	-	-	1.793	2.630
IRRF sobre remessas estrangeira (e)	-	-	4.736	4.736
Outros (f)	<u>62</u>	<u>-</u>	<u>2.426</u>	<u>4.207</u>
Total – circulante	<u>71</u>	<u>28.581</u>	<u>29.593</u>	<u>62.455</u>

- (a) Refere-se basicamente a IRRF incluindo os créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado "come-cotas", na controlada QGEP.
- (b) Débitos sobre a venda de gás natural do campo de Manati, o mesmo encontra-se líquido dos benefícios fiscais descritos na nota explicativa 19.
- (c) Referem-se aos débitos incidentes sobre a venda de gás natural do campo de Manati. Em 31 de dezembro de 2017 havia um saldo de R\$ 17.538 referente a PIS/COFINS sobre JCP.
- (d) Participações governamentais sobre o gás produzido no campo de Manati e sobre o óleo produzido no campo de Atlanta, conforme descrito na nota explicativa 23. Até 31 de dezembro de 2017 havia valor de participação governamental somente para o campo de Manati.
- (e) O valor refere-se à adesão pelo Operador ao programa instituído pela Lei 13.586/2017 de desistência das ações administrativas e judiciais relativas ao IRRF sobre remessas estrangeiras devido a contratos de aluguel de embarcações (o valor ainda não foi objeto de cash call pelo Operador).
- (f) Basicamente refere-se à retenção de área e tributos retidos sobre serviços prestados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

11.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Lucro antes do IR e CSLL	425.222	397.244
Alíquotas oficiais de imposto	34%	34%
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(144.576)	(135.063)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Equivalência patrimonial	145.481	141.887
Juros sobre capital próprio	-	(64.465)
Prejuízos fiscais não ativados (a)	(908)	-
Compensação de prejuízos fiscais dos anos anteriores	-	17.354
Despesas indedutíveis/receita não tributável:		
Permanentes	-	(180)
Temporais	2	(2)
Imposto de renda/contribuição social correntes	-	(39.869)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	-	-

- (a) Referente a prejuízos fiscais e base negativa. Em 31 de dezembro de 2018 a QGEPP possuía prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$30.126 e R\$30.127, respectivamente, (R\$ 27.457 para Prejuízo Fiscal e R\$ 27.458 para base negativa em 31 de dezembro de 2017), sendo que a QGEPP não registra ativos diferidos de imposto de renda e de contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade fiscal até a corrente data e pela Companhia ser uma empresa de participação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Lucro antes do IR e CSLL	536.108	434.619
Alíquotas oficiais de imposto	34%	34%
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(182.277)	(147.771)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Incentivos fiscais (a)	66.022	52.696
Despesas indedutíveis/receita não tributável, líquidas:		
Permanentes (b)	6.294	65.713
Temporais (d)	2	(2)
Prejuízos fiscais não ativados (c)	(931)	(769)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(110.887)</u>	<u>(77.244)</u>
Imposto de renda/contribuição social correntes	(68.347)	(78.301)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(42.540)	1.057

(a) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações do Campo de Manati.

(b) Refere-se basicamente ao benefício fiscal da Lei do Bem

(c) Em 31 de dezembro de 2017, a adição refere-se à parcela de despesas indedutíveis com fornecedores da empresa QGEPP, cujo valor não foi constituído IRPJ e CSLL diferidos, por não haver histórico de lucratividade fiscal até o momento.

(d) Em 31 de dezembro de 2017, refere-se basicamente a prejuízos fiscais e base negativa da empresa QGEPP.

#### 11.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são oriundos de provisões não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado da controlada QGEP, as quais serão deduzidas do lucro real e à base da contribuição social, em exercícios lucrativos futuros quando efetivamente realizadas.

Composição ativo fiscal diferido	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Amortização da provisão para abandono	72.120	63.228
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	2.265	4.152
Provisões diversas	<u>4.638</u>	<u>2.370</u>
Total composição do ativo diferido	<u>79.023</u>	<u>69.750</u>

QGEF PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

	<u>Consolidado</u>
<u>Ativo fiscal diferido</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>69.750</u>
Diferenças temporárias geradas por provisões e respectivas reversões:	
Amortização da provisão para abandono	8.892
Provisões diversas - Adições e reversões	<u>381</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>79.023</u>

	<u>Consolidado</u>
<u>Passivo fiscal diferido</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(24.389)
Exclusões temporais	<u>(51.788)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(76.177)</u>

<u>Saldo do ativo diferido líquido</u>	<u>2,846</u>
--	--------------

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 31 de dezembro de 2018, o estudo técnico de viabilidade o qual está baseado nas projeções elaboradas em 2018 e aprovadas pela Diretoria. O estudo de viabilidade demonstra a recuperação.

Cronograma esperado de realização do crédito tributário diferido em 31 de dezembro de 2018:

<u>Ativo diferido</u>	
2019	4.034
2020	1.228
2021 a 2025	<u>73.761</u>
Total	<u>79.023</u>

<u>Passivo diferido</u>	
2019	824
2020	42.710
A partir de 2021	<u>32.643</u>
Total	<u>76.177</u>

## QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

#### 12. INVESTIMENTOS

##### 12.1. Composição

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

Participação	Nome da controlada	Local de constituição e operação	Participação no capital votante e total detidos
Direta	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	Brasil	100%
Direta	QGEP International GmbH (*)	Áustria	-
Indireta	QGEP B.V.	Holanda	100%
Indireta	Atlanta Field B.V.	Holanda	30%

(\*) Vide nota explicativa 2.3

##### 12.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Abaixo, dados dos investimentos e as demonstrações financeiras para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas diretas e indiretas (em R\$):

	31/12/2018			
	<u>QGEP</u>	<u>QGEP B.V.</u>	<u>AFBV(*)</u>	
Quantidade de ações ordinárias	191.262.711	1.000	3.000	
Percentual de participação	100%	100%	30%	
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$ (*)</u>	
Capital social	2.042.553	2	20	
Patrimônio líquido	3.161.351	194.872	559.790	
Resultado do exercício	427.947	317	48.857	
Ativo total	3.904.711	195.159	610.494	
Passivo total	743.360	287	50.704	
Receita líquida	797.204	-	171.999	

	31/12/2017			
	<u>QGEP</u>	<u>QGEP International</u>	<u>QGEP B.V.</u>	<u>AFBV(*)</u>
Quantidade de ações ordinárias	191.262.711	1	1.000	3.000
Percentual de participação	100%	100%	100%	30%
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$ (*)</u>
Capital social	2.042.553	109	2	20
Patrimônio líquido	2.907.705	(139)	166.197	477.991
Resultado do exercício	417.563	(246)	(840)	(1.772)
Ativo total	3.870.312	2	166.362	483.966
Passivo total	962.608	141	166	5.975
Receita líquida	501.726	-	-	20.734



QGEPP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

(\*) Valores apresentados referem-se ao total da AFBV.

A movimentação dos investimentos da QGEPP apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é como segue:

	31/12/2018	
	Controladora	Consolidado
	<u>QGEPP</u>	<u>AFBV</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>2.907.705</u>	<u>143.397</u>
Plano de opção de ações	(14.799)	-
Pagamento de dividendos (a)	(204.359)	-
Aumento de capital	-	-
Ajustes acumulados de conversão	28.359	24.377
Hedge	16.499	-
Resultado de equivalência patrimonial	<u>427.947</u>	<u>114</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>3.161.351</u>	<u>167.888</u>

- (a) No dia 05 de março de 2018, o Conselho de Administração propôs uma distribuição adicional de dividendos ao mínimo obrigatório no montante de R\$399.997 (QGEPP). Esta proposta foi deliberada e aprovada pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária e/ Extraordinária no dia 11 de abril de 2018 os dividendos foram pagos em 20 de abril de 2018 para os acionistas identificados na base acionária na data da aprovação.

	31/12/2017			
	Controladora			Consolidado
	<u>QGEPP</u>	<u>QGEPP International</u>	<u>Total</u>	<u>AFBV</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.776.925	110	2.777.035	138.363
Plano de opção de ações	393	-	393	-
Pagamento de dividendos (a)	(100.109)	-	(100.109)	-
Juros sobre capital próprio	(189.603)	-	(189.603)	-
Ajustes acumulados de conversão	2.536	(3)	2.533	4.993
Resultado de equivalência patrimonial	<u>417.563</u>	<u>(246)</u>	<u>417.317</u>	<u>41</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>2.907.705</u>	<u>(139)</u>	<u>2.907.556</u>	<u>143.397</u>

- (a) No dia 10 de março de 2017, o Conselho de Administração propôs uma distribuição adicional de dividendos ao mínimo obrigatório no montante de R\$97.107 (QGEPP) em relação ao valor mínimo de R\$ 3.002. Esta proposta foi aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas no dia 19 de abril de 2017 e os dividendos foram pagos em 11 de maio de 2017 para os acionistas identificados na base acionária na data da aprovação.

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

13. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação e amortização	Consolidado		
		31/12/2018		
		Custo	Depreciação e amortização	Líquido
<u>Segmento corporativo</u>				
Móveis e utensílios	10%	2.682	(1.492)	1.190
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.107	(4.107)	-
Instalações	11%	1.556	(710)	846
Computadores - <i>Hardware</i>	20%	3.351	(2.645)	706
Imóveis	3%	6.363	(801)	5.562
Terrenos	-	174	-	174
Subtotal		<u>18.233</u>	<u>(9.755)</u>	<u>8.478</u>
<u>Segmento de upstream</u>				
Gastos com exploração de recursos naturais (i)		16.844	(14.824)	2.020
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - BS-4 (ii) e (iv)		715.327	(108.022)	607.305
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - Manati (ii)		<u>975.380</u>	<u>(854.760)</u>	<u>120.620</u>
Subtotal		<u>1.707.551</u>	<u>(977.606)</u>	<u>729.945</u>
Total		<u>1.725.784</u>	<u>(987.361)</u>	<u>738.423</u>

	Taxa de depreciação e amortização	Consolidado		
		31/12/2017		
		Custo	Depreciação e amortização	Líquido
<u>Segmento corporativo</u>				
Móveis e utensílios	10%	2.722	(1.245)	1.477
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.107	(4.107)	-
Instalações	11%	1.556	(532)	1.024
Computadores - <i>Hardware</i>	20%	3.107	(2.411)	696
Imóveis	3%	6.363	(624)	5.739
Terrenos	-	174	-	174
Subtotal		<u>18.029</u>	<u>(8.919)</u>	<u>9.110</u>
<u>Segmento de upstream</u>				
Gastos com exploração de recursos naturais (i)		16.844	(13.951)	2.893
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás em andamento - BS-4 (iii) e (iv)		494.552	-	494.552
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - Manati (ii)		<u>1.044.810</u>	<u>(816.174.)</u>	<u>228.636</u>
Subtotal		<u>1.556.206</u>	<u>(830.125)</u>	<u>726.081</u>
Total		<u>1.574.235</u>	<u>(839.044)</u>	<u>735.191</u>

## QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

- (i) Referentes a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, os quais já estão em fase de produção.
- (ii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (nota explicativa 23(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.
- (iii) Gastos com desenvolvimento em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando o início da produção.
- (iv) Foram capitalizados ao imobilizado no trimestre findo em 31 de dezembro de 2018 R\$ 38.964 de encargos financeiros (R\$40.873 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), referentes ao financiamento do FINEP. As taxas dos financiamentos relacionadas encontram-se descritas na nota explicativa 15.

Custo	Consolidado					Total
	Gastos com imobilizados corporativos	Gastos com exploração de recursos naturais em andamento	Gastos com exploração de recursos naturais	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás B-S-4	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	
Saldo em 31/12/2016	<u>18.112</u>	<u>224.024</u>	<u>16.844</u>	<u>406.460</u>	<u>1.037.372</u>	<u>1.702.813</u>
(+) Adições do exercício	185	4.671	(a) -	87.976	(b) 7.438	(c) 100.089
(-) Baixas do exercício	(189)	(228.586)	(a) -	-	-	(228.776)
Saldo em 31/12/2017	<u>18.029</u>	<u>109</u>	<u>16.844</u>	<u>494.443</u>	<u>1.044.810</u>	<u>1.574.232</u>
(+) Adições do exercício	206	-	-	220.906	(b) 52.752	(c) 273.864
(-) Baixas do exercício	=	(109)	=	=	(122.325)	(d) (122.325)
Saldo em 31/12/2018	<u>18.235</u>	<u>=</u>	<u>16.844</u>	<u>715.349</u>	<u>975.502</u>	<u>1.725.774</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as principais adições e baixas de imobilizado no exercício referem-se a: (a) adições e baixas ao BM-S-8, incluindo sua venda, (b) adições ao BS-4, incluindo aportes realizados desde 11 de outubro de 2017 pela QGEP referente aos 20% de Participação Adicional foram contabilizados da mesma forma da participação original da QGEP 30%, conforme nota explicativa 1 e (c) adições no Campo de Manati (d) R\$ 13.367 referente à baixa de Camarão Norte e R\$ 108.793 referente à reversão da provisão de abandono de Manati.

Depreciação e amortização	Depreciação imobilizado corporativo	Amortização gastos com exploração de recursos naturais	Amortização gastos com desenvolvimento de produção de petróleo- BS-4	Amortização gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás- Manati	Total
Saldo em 31/12/2016	<u>(7.294)</u>	<u>(13.090)</u>	-	<u>(754.221)</u>	<u>(774.605)</u>
(-) Adições do exercício	(1.624)	(853)	-	(61.953)	(64.430)
(+) Baixas do exercício	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	<u>(8.919)</u>	<u>(13.948)</u>	-	<u>(816.174)</u>	<u>(839.041)</u>
(-) Adições do exercício	(835)	(876)	(108.022)	(71.906)	(148.319)
(+) Baixas do exercício	-	-	-	33.320	-
Saldo em 31/12/2018	<u>(9.755)</u>	<u>(14.824)</u>	<u>(108.022)</u>	<u>(854.760)</u>	<u>(987.360)</u>

Em 31 de dezembro de 2018 a baixa é devido à revisão da provisão de abandono de Manati. Para tal, houve necessidade de reverter a depreciação inerente a mesma no montante de R\$ 33.320 a fim de acompanhar a curva de produção esperada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

14. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	Taxa de Depreciação	Custo	Amortização	31/12/2018
Aquisição de concessão exploratória (i)	-	250.709	(3.969)	246.740
Bônus de assinatura (ii)	-	159.754	-	159.754
Software	20%	<u>7.916</u>	<u>(7.625)</u>	<u>291</u>
Total		<u>418.379</u>	<u>(11.594)</u>	<u>406.785</u>

	Consolidado			
	Taxa de Depreciação	Custo	Amortização	31/12/2017
Aquisição de concessão exploratória (i)	-	250.709	-	250.709
Bônus de assinatura (ii)	-	158.452	-	158.452
Software	20%	<u>7.862</u>	<u>(6.819)</u>	<u>1.044</u>
Total		<u>417.023</u>	<u>(6.819)</u>	<u>410.204</u>

Custo e amortização	Consolidado			
	Aquisição de concessão exploratória	Bônus de assinatura	Software	Total
Saldo em 31/12/2016	<u>529.399</u>	<u>195.472</u>	<u>2.180</u>	<u>727.051</u>
(+) Adições (custo) (iii)	-	32.983	-	32.983
(-) Baixas (custo) (iv)	(278.690)	(70.003)	-	(348.693)
(-) Adições (amortização)	-	-	<u>(1.136)</u>	<u>(1.136)</u>
Saldo em 31/12/2017	<u>250.709</u>	<u>158.452</u>	<u>1.044</u>	<u>410.204</u>
(+) Adições (custo)	-	2.178	54	2.232
(-) Baixas (custo)	-	(876)	-	(876)
(-) Adições (amortização)	<u>(3.969)</u>	-	<u>(807)</u>	<u>(4.776)</u>
Saldo em 31/12/2018	<u>246.740</u>	<u>159.754</u>	<u>291</u>	<u>406.785</u>

- (i) Refere-se aos direitos de participação de 30% nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$250.709. A amortização teve início em maio de 2018.
- (ii) Gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP, os quais não estão sendo amortizados, pois se referem às áreas de concessão em fase exploratória (nota explicativa 23).
- (iii) Gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP de 30% dos blocos SEAL-M-501 e SEAL-M-503.
- (iv) Refere-se a venda da participação total (equivalente a 10%) do bloco BM-S-8 no montante de R\$278.690 e a operação de farm out dos blocos SEAL-M-351 e SEAL-M-458 no montante de R\$70.003.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Destinam-se, principalmente, a investimentos em projetos de avaliação, exploração e desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural.

	31/12/2018	31/12/2017	Consolidado		
			Encargos	Forma de pagamento - juros	Vencimento
<u>Moeda nacional</u>					
BNB - Banco do Nordeste	<u>118.110</u>	118.061	4,71% a.a. + bônus de adimplência de 15%	Mensal	Até Set/2026
FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos: Subcrédito A	<u>82.609</u>	100.364	Subcrédito A: 3,5% a.a	Mensal	Até Set/2023
Subcrédito B	<u>90.360</u>	<u>108.275</u>	Subcrédito B: TJLP + (5% a.a - 6,5% a.a) (a)	Mensal	Até Set/2023
	<u>172.969</u>	<u>208.639</u>			
Total	<u>291.079</u>	<u>326.700</u>			
Circulante	<u>38.875</u>	36.813			
Não circulante	<u>252.204</u>	<u>289.887</u>			
Total consolidado (b)	<u>291.079</u>	<u>326.700</u>			

Em dezembro de 2018 a TJLP foi de 6,98% a.a. (7% a.a em dezembro de 2017).

- (a) Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito A incidirão juros compostos de 3,5% ao ano, *pro rata tempore*.

Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito B incidirão juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de spread, reduzidos por equalização equivalente a 6,5% ao ano.

- (b) Saldo não inclui o custo de captação do empréstimo no valor de R\$1.254 em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.518 em 31 de dezembro de 2017). Este valor é retido no momento da liberação do crédito.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo final em 31/12/2016	<u>359.741</u>
(+) Adições de juros	16.924
(-) Amortização de principal	(36.130)
(-) Amortização de juros	<u>(15.617)</u>
Saldo bruto do custo de empréstimo	<u>326.700</u>
(-) Custo do empréstimo FINEP	<u>(1.518)</u>
Saldo final em 31/12/2017	<u>325.182</u>
Saldo bruto do custo do empréstimo em 31/12/2017	<u>326.700</u>
(+) Adições de juros	15.250
(-) Amortização de principal	(36.282)
(-) Amortização de juros	<u>(14.589)</u>
Saldo bruto do custo de empréstimo	<u>291.079</u>
(-) Custo do empréstimo FINEP	<u>(1.254)</u>
Saldo final em 31/12/2018	<u>289.825</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

Os vencimentos da parcela não circulante dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados como segue:

<u>Vencimentos</u>	<u>31/12/2018</u>
2019	49.336
2020	56.173
2021	61.139
2022 a 2026	<u>165.472</u>
Total	<u>332.120</u>

De acordo com os termos do contrato da FINEP, o principal da dívida deve ser pago em 85 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorreu em 15/09/2016 e as demais em igual dia dos meses subsequentes, ocorrendo a última em 15/09/2023. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. O empréstimo é garantido através de aval corporativo pela controladora QGEPP.

De acordo com os termos do contrato do BNB, o principal da dívida deve ser pago em 84 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorrerá em 20/10/2019 e as demais em meses subsequentes, ocorrendo a última em 29/09/2026. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. Durante todo tempo do contrato a Companhia manterá pelo menos 3 prestações mensais desta operação, compreendendo principal e encargos, tomada como referência mínima a maior prestação devida, em conta reserva (nota explicativa 10). Caso os três projetos envolvidos na dívida BNB sejam descontinuados e devolvidos à ANP, o contrato prevê a aceleração da amortização desta dívida em, no mínimo, 24 parcelas mensais, sendo que a última parcela não poderá ultrapassar setembro de 2022.

## 16. PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos e/ou nos termos dos contratos de consórcio relevantes, com base na opinião do Operador do Bloco respectivo (este como responsável por acompanhamento da demanda judicial), concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Os processos considerados como de perda possível que não foram provisionados nas demonstrações financeiras são:

### INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

A Execução Fiscal nº 0087249-25.2010.805.0001, decorrente da multa aplicada no Auto de Infração nº 2006-007365/TEC/AIMU-0343, lavrado em 22/11/2006. A infração refere-se ao descumprimento de condicionante determinada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), resultando no assoreamento de córregos e erosão, quando da instalação do gasoduto entre os municípios de Guaibin e São Francisco do Conde, cuja multa, atualizada, é de R\$525 (participação da QGEP).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

O Auto de Infração nº 2009-014426/TEC/AIMU0265 foi lavrado em razão do descumprimento da condicionante 1 e cumprimento parcial das condicionantes 2, 6 e 7 da estabelecidas pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA) em Portaria RA 8050 de 30 de março de 2007 com vistas a obter a Licença Ambiental para construir gasoduto. A contingência atualizada tem valor de R\$130 (participação da QGEP).

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

O processo administrativo nº 02006.001664/2007-46 foi aberto em razão da lavratura do Auto de Infração nº 409516-D instaurado pelo IBAMA em 2007. Trata-se de ação decorrente do arraste de gasoduto do Campo de Manati sobre a região denominada Laje do Machadinho (BA), fato este que teria causando danos ambientais no local. A contingência atualizada tem valor de R\$9.555 (participação da QGEP).

Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia – Superintendência de Administração Tributária (SAT)

O auto de infração nº 206983.0004/15-5 foi lavrado pela Superintendência de Administração Tributária da SEFAZ/BA, em razão do suposto cometimento das seguintes infrações: (i) utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a mercadorias adquiridas para integrar o ativo permanente do estabelecimento; (ii) utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento; (iii) utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a mercadoria(s) adquirida(s) com pagamento de imposto por substituição tributária; e (iv) omissão na prestação de informações relacionadas a lançamentos efetuados na EFD. A contingência atualizada tem valor de R\$3.041 (participação da QGEP).

ICMS

Aproveitamento de crédito de ICMS nas aquisições de mercadorias (combustíveis) como insumos para as embarcações afretadas no exercício de 2007 a 2009. A questão envolve processos em fase administrativa, onde a Companhia está verificando a assertividade do valor e acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador, Petrobras. No tocante à participação da QGEP, os valores em discussão, montam aproximadamente R\$6.368.

IRRF, PIS, COFINS e CIDE sobre afretamento

Não recolhimento de impostos e contribuições sobre remessas ao exterior para o pagamento de afretamento no exercício de 2008 a 2013. Nos exercícios de 2008 e 2009 referem-se ao não recolhimento de IRRF e CIDE. Já nos anos de 2010 a 2013 referem-se ao não recolhimento de IRRF, CIDE, PIS e COFINS. A questão envolve processos em fase administrativa, onde a Companhia está acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador, Petrobras. Em relação ao IRRF, o Operador optou pelo pagamento especial previsto na Lei nº 13.586/2017, artigo 3º, o que resultou na obrigatória desistência (parcial) dos processos que tinham por objeto os débitos deste imposto, conforme descrito na nota explicativa 11.2 (f). Os processos permanecem em trâmite para discutir os recolhimentos de PIS, COFINS e CIDE. Com relação à participação da QGEP, os valores que permanecem em discussão referentes aos afretamentos realizados em 2008 a 2013, montam aproximadamente a R\$57.292.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

17. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas dos custos com abandono, informadas pelo operador, foram revisadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme notas explicativas 2.8 e 3.2.5. Em 31 de dezembro de 2018, esta provisão reflete a revisão das estimativas dos gastos a serem incorridos, incluindo e não limitados, a: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção, e (iii) outros custos inerentes.

Os custos com abandono foram projetados com base em uma inflação média da indústria de 2,8% ao ano (em dólares norte-americanos) até a data esperado do efetivo abandono, e foram trazidos a valor presente por uma taxa livre de risco em dólares norte-americanos, para ativos brasileiros, de 5,4% ao ano.

Movimentação da provisão para abandono no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>206.057</u>
Variação cambial e outros, líquidos	<u>17.964</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>224.021</u>
Atualização da provisão	<u>(66.326)</u>
Variação cambial e outros, líquidos	<u>51.304</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>208.999</u>

- (a) A Companhia, juntamente aos seus parceiros, reavaliou a provisão de abandono referente aos Campos de Camarão Norte, Campo de Atlanta e Campo de Manati, efetuando a alteração dos valores durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para o campo de Atlanta. A análise reflete a revisão prospectiva dos principais gastos de abandono à luz das novas tecnologias existentes e do novo patamar de custos dos prestadores de serviço para a indústria de óleo e gás.

18. OBRIGAÇÕES DE CONSÓRCIOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PEM a pagar	<u>10.850</u>	<u>-</u>
Total	<u>10.850</u>	<u>-</u>

Refere-se ao pagamento do Programa exploratório mínimo devido, referente à devolução dos blocos PEPB-M-896 e PEPB-M-894 junto à ANP.



QGEF PARTICIPAÇÕES S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

## 19. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Receita bruta	<u>918.165</u>	<u>627.932</u>
PIS	(8.981)	(10.030)
COFINS	(41.369)	(46.197)
ICMS	(71.236)	(71.131)
Crédito presumido ICMS (*)	14.247	14.226
ISS	(35)	(369)
Descontos - reduções contratuais	(13.587)	(12.705)
Total de deduções	<u>(120.963)</u>	<u>(126.205)</u>
Receita líquida	<u>797.204</u>	<u>501.726</u>

(\*) Benefício fiscal de ICMS, conforme nota explicativa 2.17.2 - Reserva de incentivos fiscais.

## 20. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

## 20.1. Custos

	Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Custos de extração	(243.148)	(115.324)
Royalties e participação especial	(72.281)	(45.129)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.747)	(4.451)
Amortização e depreciação	<u>(138.376)</u>	<u>(62.810)</u>
Total	<u>(458.552)</u>	<u>(227.714)</u>

## 20.2. Despesas gerais e administrativas

	Controladora	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Pessoal	(3.899)	(3.850)
Serviços contratados de terceiros	(635)	(602)
Impostos e taxas	(207)	(192)
Anúncios e publicações	(241)	(247)
Outras despesas	<u>(48)</u>	<u>(654)</u>
Total	<u>(5.030)</u>	<u>(5.545)</u>

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Pessoal (a)	(67.681)	(61.619)
Serviços contratados de terceiros	(13.684)	(10.875)
Seguros	(2.372)	(1.268)
Impostos e taxas	(1.250)	(801)
Anúncios e publicações	(657)	(704)
Serviços compartilhados	116	(91)
Amortização e depreciação	(1.718)	(2.831)
Manutenção	(3.346)	(2.531)
Locação	(1.715)	(2.217)
Outras despesas	(5.489)	(4.183)
Alocação de projetos E&P (b)	<u>46.596</u>	<u>35.016</u>
Total	<u>(51.271)</u>	<u>(52.104)</u>

(a) Em 2018 a Companhia reverteu o montante de R\$ 10.290 referente ao plano de opções de ações, conforme mencionado na nota explicativa 26.

(b) Saldo referente ao rateio de despesas relacionadas aos blocos operados pela QGEP, relacionado aos seus parceiros não operadores.

21. GASTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

	Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Baixa de blocos (a)	(13.977)	-
Aquisição / processamento de sísmica	(16.833)	(7.601)
Gastos com geologia e geofísica	(2.580)	(6.106)
Despesas gerais e administrativas	(3.827)	(3.927)
Segurança, meio-ambiente e saúde	(5.760)	(2.198)
Serviços de perfuração	(8.962)	(5.161)
Outros	<u>(2.578)</u>	<u>(2.740)</u>
Total	<u>(54.517)</u>	<u>(27.732)</u>

(a) No trimestre, o valor refere-se basicamente a baixa dos blocos PEPB-M-894 no valor de R\$7.462, PEPB-M-896 no valor de R\$4.264 e Camarão Norte no valor de R\$13.432. Em 31 de dezembro de 2018, o operador, após revisão dos gastos do bloco BM-S-12, constatou um valor de R\$11.027 não devido pela QGEP.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

22. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Rendimento das aplicações financeiras (*)	2.566	3.156
Outras receitas e despesas financeiras	(79)	(144)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(119)	(17.538)
Total	<u>2.368</u>	<u>(14.526)</u>

	Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Rendimento das aplicações financeiras (*)	<u>122.420</u>	<u>112.401</u>
Fundo cambial	-	(7.324)
Aplicação Renda Fixa/DI	122.420	119.725
Outras receitas e despesas financeiras	<u>(6.956)</u>	<u>(20.128)</u>
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(6.917)	(24.108)
AVP sobre provisão de abandono	(10.502)	(7.791)
Rentabilidade fundo de abandono	15.952	8.432
Juros de empréstimos	(10.272)	(4.701)
Outros	<u>4.783</u>	<u>8.040</u>
Total	<u>115.464</u>	<u>92.273</u>

(\*) Refletem receitas financeiras tais como remuneração da taxa CDI para títulos privados, remuneração da variação da taxa SELIC para títulos públicos e variação da moeda corrente norte-americana para fundo cambial no primeiro trimestre do ano anterior.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

23. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

a) Direitos e compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
Produção e desenvolvimento	Camamu - Almada	Manati (BCAM-40)	06/08/1998	Petrobras (operador)	35
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	45
				Geopark	10
				Brasoil	10
Exploração	Santos	Atlanta e Oliva (BS-4) *	06/08/1998	Barra Energia	50
				Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	50
	Camamu - Almada	CAL-M-372	24/11/2004	Petrobras (operador)	60
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	20
				OP Energia	20
	Foz do Amazonas	FZA-M-90	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100
	Espírito Santo	ES-M-598	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção	20
				Statoil Brasil (operador)	40
				Petrobras	40
	Espírito Santo	ES-M-673	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção	20
				Statoil Brasil (operador)	40
				Petrobras	40
	Pará-Maranhão	PAMA-M-265	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100
	Pará-Maranhão	PAMA-M-337	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100
	Ceará	CE-M-661	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção	25
				Total (operador)	45
				Premier	30
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-351	23/12/2015	Queiroz Galvão Exploração e Produção	30
				ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador)	50
				Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-428	23/12/2015	Queiroz Galvão Exploração e Produção	30
				ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador)	50
				Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-501	29/01/2018	Queiroz Galvão Exploração e Produção	30
				ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador)	50
				Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-503	29/01/2018	Queiroz Galvão Exploração e Produção	30
				ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador)	50
				Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-430	07/11/2018	Queiroz Galvão Exploração e Produção	30
				ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador)	50
				Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	20
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-573	07/11/2018	Queiroz Galvão Exploração e Produção	30
				ExxonMobil Exploração Brasil Ltda (operador)	50
				Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda	20

(\*)Aguardando aprovação da ANP.

## QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Os prazos de concessão dos direitos nestes blocos são de 27 anos a partir da data da declaração de comercialidade. Na fase exploratória os prazos são definidos no respectivo Contrato de Concessão.

No primeiro semestre de 2018 foi reconhecido na rubrica de outras receitas e despesas operacionais o montante de R\$ 149.731 referente à segunda parcela da venda de Carcará.

O quadro a seguir demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Grupo:

Bloco/campo	Garantia para o		Taxa de retenção de área por km² (Valores em Reais)					
	PEM (% QGEP) MM R\$	Ano do contrato	Bônus de assinatura	Área km²	Royalties	Exploração	Desenvolvimento	Produção
			(% QGEP) R\$ mil					
Manati	-	2000	-	75,650	7,5%	100	200	1.000,00
CAL-M-372	7,3	2004	562	745,031	10%	239	478	2.390,00
PEPB-M-894	3,6	2013	637	760.900	10%	31,83	63,66	318,3
PEPB-M-896	7,2	2013	239	507.200	10%	31,83	63,66	318,3
FZA-M-90	108,3	2013	18.945	768,500	10%	63,66	127,32	636,60
PAMA-M-265	1,4	2013	3.020	766,300	10%	218,91	437,82	2189,10
PAMA-M-337	108,4	2013	35.206	769,300	10%	218,91	437,82	2189,10
ES-M-598	22,4	2013	14.182	769,300	10%	95,49	190,98	954,90
ES-M-673	3,5	2013	12.562	507,2	10%	95,49	190,98	954,9
CE-M-661	29,9	2013	10.116	760,900	10%	656,73	1313,46	6567,3
SEAL-M-351	3,5	2015	19.158	756,86	10%	875,73	1.751,46	8.757,30
SEAL-M-428	1,6	2015	10.843	746,24	10%	875,73	1.741,46	8.757,30
Atlanta e Oliva (BS-4)	-	1998	-	199,6	7,8%	200	400	2.000,00
SEAL-M-501	-	2018	18.847	753,799	10%	1.668,11	3.336,22	16.681,11
SEAL-M-503	9,1	2018	14.136	754,598	10%	278,02	556,03	2.780,17
SEAL-M-430(*)	9,1	2018	1.189	755,236	10%	205,36	410,72	1.848,24
SEAL-M-573(*)	5,2	2018	1.189	755,946	10%	205,36	410,72	1.848,24
Total	320,7		159.955					

(\*) O resultado da Rodada 15 foi homologado pela ANP no DOU da União em 22 de junho de 2018 e os Contratos de Concessão foram assinados em 07 de novembro de 2018. Os Bônus de Assinatura foram pagos em 28 de setembro de 2018 e as garantias já foram entregues no mesmo mês.

Em 31 de dezembro de 2018, o compromisso remanescente relativo a Programas Exploratórios Mínimos ("PEM") das concessões mencionadas na tabela acima, anteriores à Rodada 11 de licitação da ANP, compreende a perfuração de 1 poço pioneiro, no BM-CAL-12 (Bloco CAL-M-372), prevista para ser iniciada após a obtenção da licença ambiental, prevista para 2021.

Nos blocos adquiridos na Rodada 11 há o compromisso de perfuração de poço nos blocos FZA-M-90, CE-M-661, PAMA-M-337 e ES-M-598, com as operações de perfuração previstas para serem realizadas a partir de 2020.

Nos blocos adquiridos nas Rodadas 13, 14 e 15, não há o compromisso de perfuração de poço. (Blocos: SEAL-M-351, SEAL-M-428, SEAL-M-430, SEAL-M-501, SEAL-M-503 e SEAL-M-573).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

A controlada QGEP detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de abandono de suas instalações.

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a QGEP:

- Royalties – O Preço de referência do petróleo, a partir de janeiro de 2018, é regulamentado pela Portaria ANP nº 703/2017, e é apurado com base nas características físico-químicas e comerciais da corrente de petróleo a que cada área estiver vinculada. O valor é divulgado mensalmente pela ANP. Já o Preço de referência do gás natural é regido sob as normas da Resolução ANP nº 40/2009 que determina que nos casos em que a exploração comercial do campo ocorrer sob a forma de consórcio, o preço será calculado a partir da média ponderada dos preços de venda do gás natural pelos volumes comercializados. Para Manati, os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência (condensado) e da média ponderada da venda (gás natural), desde do início da produção da área de concessão. Em relação a Atlanta, o recolhimento corresponde a 7,8% do valor de referência tanto para o óleo vendido quanto para o gás consumido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram provisionados R\$65.381 (R\$38.952 em 31 de dezembro de 2017) de royalties referentes à produção do campo Manati e BS-4 em 2018, dos quais R\$5.794 (R\$4.012 em 31 de dezembro de 2017) permanecem no passivo a pagar naquela data. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.
- Participação especial - A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997 constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto nº 2705/98, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram registrados R\$6.900 (R\$6.177 em 31 de dezembro de 2017) de participação especial na demonstração do resultado como custos, dos quais R\$1.793 (R\$2.630 em 31 de dezembro de 2017) permanecem no passivo a pagar naquela data.
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão - Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foi provisionado o montante de R\$1.232 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, registrado na demonstração do resultado como custos operacionais e custos exploratórios (R\$2.426 em 30 de setembro de 2017).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

b) Informações sobre as reservas

As reservas provadas de gás e óleo da controlada QGEP foram apresentadas de acordo com os conceitos definidos pela Petroleum Resources Management System (PRMS), o qual foi aprovado pela Society of Petroleum Engineers, World Petroleum Council, American Association of Petroleum Geologists e a Society of Petroleum Evaluation Engineers em março de 2007 e revisado em junho de 2018.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás e óleo que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios, podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada para o Campo de Manti está apresentada conforme abaixo:

	Volume total de gás (MMm <sup>3</sup> )*
Reserva Provada de 100% da participação em 31/12/2017 (conforme relatório Gaffney, Cline & Associates - GCA)	6.060
Produção do ano de 2018	(1.788)
Incremento no volume da reserva provada	958
Reserva Provada de 100% da participação em 31/12/2018 (conforme relatório Gaffney, Cline & Associates - GCA)	5.230

(\*) não revisado pelos auditores independentes

A reserva de óleo estimada para o campo de Atlanta está apresentada conforme abaixo:

	Volume total de óleo (MMbbl)*
Reserva Provada desenvolvida de 100% da participação em 02/05/2018 (antes do início de produção)	<u>17,0</u>
Produção do ano de 2018	(2,9)
Incremento no volume da reserva desenvolvida	<u>0,9</u>
Reserva Provada de 100% da participação em 31/12/2018 (conforme relatório Gaffney, Cline & Associates - GCA)	<u>15,0</u>

(\*) não revisado pelos auditores independentes

## QGEPP PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

#### c) Garantias

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possui garantias, através de seguro garantia, junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis - ANP no total de R\$436.470 (R\$357.706 em 31 de dezembro de 2017). Essas garantias compreendem os objetos de Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração no montante de R\$330.814 (R\$252.050 em 31 de dezembro de 2017) e desenvolvimento do Campo de Atlanta (BS-4) no montante de R\$105.656 (mesmo saldo para 31 de dezembro de 2017).

A QGEPP é garantidora de parceiro junto à Teekay no montante de USD36.000 mil (R\$139.493 ptax em 31 de dezembro de 2018 e R\$119.088 ptax em 31 de dezembro 2017), referente às obrigações da AFBV no contrato de afretamento do FPSO Petrojarl 1.

## 24. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possuía compromissos contratados para fornecimento e operação de materiais e equipamentos, incluindo arrendamento de embarcações, bem como compromissos junto a prestadores de serviços de consultoria técnica, com vencimentos diversos, para a campanha exploratória e de desenvolvimento conforme o seguinte cronograma financeiro:

	Consolidado (*)		
	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u> <u>em diante</u>
Total de compromissos	<u>97.177</u>	<u>158.812</u>	<u>359.351</u>

(\*) Este montante representa a participação da QGEP nos consórcios por ela operados.

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e empréstimos e financiamentos e opções de venda de óleo.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos de Mercado aprovada pelo Conselho de Administração, que visa mitigar eventos que possam afetar adversamente sua geração de caixa e flexibilidade financeira.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Seguindo a política mencionada acima a Administração da Companhia possuía opção de venda de parte de sua produção de petróleo estimada como firme para os 3 primeiros trimestres de 2019, equivalente a 322 kbbl, a um valor de US\$70 por barril. O custo médio da compra destas opções de venda (PUT asiática trimestral) foi de US\$2,6 por barril. O hedge teve como objetivo de proteger parte da produção de óleo do Campo de Atlanta nos 12 meses subsequentes, como detalhado abaixo:

<u>Janela de exercício</u>	<u>Opções de venda</u>
01/01/2019 a 30/03/2019	67.000
01/04/2019 a 30/06/2019	64.000
01/07/2019 a 30/09/2019	62.000
Total	193.000

A Companhia optou por fazer hedge accounting no valor justo das opções de venda, entendendo que esta seja a melhor forma de demonstrar a operação efetuada. O valor justo das opções de venda em 31 de dezembro de 2018 quando comparados ao valor histórico, somam ganho de R\$19.912 (R\$ 16.499 líquido do prêmio pago) contabilizados em outros resultados abrangentes.

O resultado foi impactado positivamente em R\$ 774 mil, resultado do exercício da opção de venda de 117mil bbl a USD 70/bbl. Pelas métricas de contabilidade de hedge adotadas pela Companhia, este valor foi reconhecido na linha de receita operacional, juntamente com o prêmio pago por estas opções no valor de R\$ 171 mil.

**b) Categoria dos instrumentos financeiros**

	31/12/2018			
	Controladora		Consolidado	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
<u>Ativos financeiros</u>				
Custo amortizado				
Caixa restrito	-	-	379.808	379.808
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	118	118	60.038	60.038
Contas a receber (i)	-	-	134.424	134.424
Partes relacionadas	-	-	40.681	40.681
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras (ii)	37.875	37.875	1.870.202	1.870.202
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores (i)	106	106	75.065	75.065
Partes relacionadas	-	-	43.498	43.498
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	289.825	289.825

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

	31/12/2017			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito	-	-	158.270	158.270
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	1.046	1.046	18.815	18.815
Contas a receber (i)	-	-	128.539	128.539
Partes relacionadas	-	-	20.028	20.028
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras (ii)	65.855	65.855	2.030.921	2.030.921
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores (i)	136	136	111.622	111.622
Partes relacionadas	-	-	3.106	3.106
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	325.182	264.239

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas.

A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*“non performance risk”*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de *“input”* significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os *“inputs”* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

Nível 2 - Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2 para estes instrumentos financeiros:

- (i) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.
- (ii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Controladora	
	Até 1 ano	Total
Fornecedores	<u>106</u>	<u>106</u>
Total	<u>106</u>	<u>106</u>

	Consolidado				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	Até 1 ano	Até 10 anos	Total
Fornecedores	74.698	25	342	-	75.065
Partes relacionadas	-	-	43.498	-	43.498
Empréstimos e financiamentos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>38.875</u>	<u>250.950</u>	<u>289.825</u>
Total	<u>74.698</u>	<u>25</u>	<u>82.715</u>	<u>250.950</u>	<u>408.388</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato de as vendas da Companhia serem realizadas basicamente à Petrobras (70,7% em 31 de dezembro de 2018 e 100% em 31 de dezembro de 2017). A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato de a maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, controlada pelo Governo Federal, representa risco de crédito não relevante, pois historicamente não possui inadimplência ou atrasos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foi registrada perda com créditos junto aos clientes.

O risco de crédito nas operações com os consorciados e consórcios encontra-se descrito na nota explicativa 6.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos captados na oferta pública inicial de ações e gerados pelas atividades operacionais e atividades de financiamento (empréstimos e financiamentos) para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas à taxa de juros CDI pós-fixada, enquanto parcela dos empréstimos e financiamentos estão atrelados à TJLP.

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>Cenário I - deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - Deterioração de 50%</u>
CDI anual em 31 de dezembro de 2018					
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras (circulante e não circulante) – efetivo	1.870.202	Redução do CDI	6,40%	4,80%	3,20%
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2018		Redução do CDI	1.989.895	1.958.056	1.926.218
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras – estimado					
Receita estimada em 31 de dezembro de 2018			119.693	87.855	56.016
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018			-	(31.838)	(63.677)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2018, de acordo com o Banco Central do Brasil do dia 8 de março de 2019.

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>Cenário I - deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - Deterioração de 50%</u>
CDI anual em 31 de dezembro de 2018	379.808				
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2018			6,40%	4,80%	3,20%
Caixa restrito - estimado em 31 de dezembro de 2018		Redução do CDI	404.116	397.650	391.184
Receita estimada em 31 de dezembro de 2018			24.308	17.842	11.376
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018			-	(6.466)	(12.932)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2018, de acordo com o Banco Central do Brasil do dia 8 de março de 2019.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

<u>Operação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2018</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário</u> <u>provável (a)</u>	<u>Cenário I -</u> <u>deterioração</u> <u>de 25%</u>	<u>Cenário II -</u> <u>Deterioração</u> <u>de 50%</u>
TJLP em 31 de dezembro de 2018					
Empréstimos e financiamentos:	82.609		82.609	82.609	82.609
FINEP		Alta da TJLP			
Empréstimos e financiamentos:					
Taxa efetiva da TJLP para 31 de dezembro de 2018		Alta da TJLP	6,98%	8,73%	10,47%
Despesa estimada em 31 de dezembro de 2018			5.766	7.308	8.850
Empréstimos e financiamentos- estimado em 31 de dezembro de 2018			88.375	89.917	91.459
Efeito do incremento nas despesas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018			-	1.542	3.084

(a) Conforme site do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES).

(b) Valor refere-se somente a parcela do Subcrédito B do empréstimo da FINEP.

**f) Risco volatilidade de preço petróleo**

Esses riscos são basicamente provenientes da variação dos preços do petróleo. As operações com derivativos realizadas em 2018 tiveram como objetivo exclusivo a proteção dos resultados esperados de transações comerciais de curto prazo (até 12 meses).

Seguindo a Política de Gestão de Risco de Mercado da Companhia, que tem o objetivo de mitigar a exposição da QGEP à riscos da atividade de Exploração e Produção de Óleo e Gás, a Administração optou por realizar a cobertura (hedge) de uma possível redução no preço do barril.

Essa operação de hedge do preço do petróleo protege a companhia com a obtenção de um preço mínimo de US\$70 por barril, para parte da produção do Campo de Atlanta. Em 31 de dezembro de 2018 os contratos oferecem cobertura para 263 mil barris a serem vendidos ao longo de doze meses.

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma variação no preço do Brent e o efeito no Patrimônio Líquido da marcação a mercado e liquidação da opção de venda.

		Consolidado			
		31/12/2018			
		Cenário provável (a)		Cenário	
		<u>Em</u>	<u>Saldo em</u>	<u>Possível</u>	<u>Remoto</u>
<u>Risco</u>		<u>USD</u>	<u>R\$</u>	<u>(25%)</u>	<u>(50%)</u>
Preço Brent em 31 de dezembro de 2018		82.7	2,486	103.4	124.1
<u>Operação</u>					
<i>Hedge</i>	Baixa do Brent				
Despesa estimada em 31 de dezembro de 2018				261	75
Marcação a mercado e liquidação estimado				(2,279)	(2,465)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

Acionista	Nº de ações Ordinárias	% de Participação
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	63,0
FIP Quantum	18.606.588	7,0
Ações em circulação	75.190.367	27,3
Ações em tesouraria	4.334.128	2,6
Administradores	<u>216.531</u>	<u>0,1</u>
Total	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>

ii. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as ações em circulação no exercício. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
<u>Resultado básico e diluído por ação</u>		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	425.222	357.375
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>261.472</u>	<u>258.873</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>1,64</u>	<u>1,38</u>

O resultado básico e diluído por ação ordinária é o mesmo, uma vez que em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 as opções de ações não impactam o cálculo do resultado diluído por ação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

No dia 05 de março de 2018, o Conselho de Administração propôs uma distribuição adicional de dividendos ao mínimo obrigatório no montante de R\$399.997 (QGEPP). Esta proposta foi deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 11 de abril de 2018. Os dividendos foram pagos em 20 de abril de 2018 para os acionistas identificados na base acionária na data da aprovação.

No dia 12 de março de 2019, o Conselho de Administração propôs uma distribuição adicional de dividendos ao mínimo obrigatório no montante de R\$499.996 (QGEPP). Esta proposta será deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 18 de abril de 2019. Os dividendos serão pagos em 20 de abril de 2018 para os acionistas identificados na base acionária na data da aprovação.

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2011 a 2016, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções, segundo estes Planos de 2011 a 2016, poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$1,14 para o Plano de 2016, R\$1,96 para o Plano de 2015, R\$2,65 para o Plano de 2014, R\$4,11 para o Plano de 2013, R\$5,31 e R\$3,87 para os dois Planos de 2012 e R\$9,87 para o Plano de 2011.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	Plano 2016	Plano 2015	Plano 2014	Plano 2013	Plano 2012 (2º outorga)	Plano 2012 (1º outorga)
Data da reunião do Conselho de Administração	23/02/2016	12/03/2015	24/02/2014	11/03/2013	28/05/2012	23/03/2012
Total de opções concedidas e outorgadas	2.334.915	2.334.915	2.296.500	2.120.319	550.000	1.941.517
Preço de exercício da opção	R\$4,88	R\$6,36	R\$8,98	R\$12,83	R\$12,81	R\$14,17
Valor justo da opção na data da concessão	R\$1,14	R\$1,96	R\$2,65	R\$4,11	R\$3,87	R\$5,31
Volatilidade estimada do preço da ação	33,86%	36,96%	43,36%	43,92%	49,88%	53,24%
Dividendo esperado	3,59%	2,47%	3,84%	1,89%	1,93%	1,93%
Taxa de retorno livre de risco	7,25%	6,39%	6,20%	3,81%	4,06%	4,69%
Duração da opção (em anos)	7	7	7	7	7	7

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

	Opções de ações	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2017	<u>10.055.394</u>	<u>12,03</u>
Exercício de opções no trimestre de 31/03/2018	<u>(730.818)</u>	<u>6,74</u>
Opções em circulação em 31 de março de 2018	<u>9.324.576</u>	<u>11,29</u>
Exercício de opções no trimestre de 30/06/2018	<u>(1.072.514)</u>	<u>7,68</u>
Opções canceladas no período	<u>(1.097.439)</u>	<u>0,00</u>
Opções em circulação em 30 de junho de 2018	<u>7.154.623</u>	<u>10,55</u>
Exercício de opções no trimestre de 30/09/2018	<u>(776.378)</u>	<u>10,55</u>
Opções canceladas no período	<u>-</u>	<u>-</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2018	<u>6.378.245</u>	<u>10,55</u>

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sumariadas abaixo:

Plano	Opções em circulação			Opções exercíveis	
	Opções em circulação em dez/2018	Maturidade em anos	Preço de exercício	Opções exercíveis em dez/2018	Preço de exercício médio (*)
Plano 2016	1.089.164	7	4,88	93.915	5,24
Plano 2015	314.584	7	6,36	314.584	7,53
Plano 2014	1.640.826	7	8,98	1.640.826	11,50
Plano 2013	1.618.532	7	12,83	1.618.532	17,94
Plano 2012 - 2ª outorga	1.941.517	7	12,81	1.941.517	18,28
Plano 2012 - 1ª outorga	550.000	7	14,17	550.000	20,33

(\*) Atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC").

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$8.698, sendo R\$204 da outorga do plano de 2015 e R\$509 da outorga do plano de 2016, R\$879 referente ao exercício das ações dos Planos de 2014, 2015 e 2016 e a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

Em 29 de abril de 2018 o plano de opções de ações para administradores e executivos da Companhia outorgado em 29 de abril de 2011 venceu, não havendo mais a possibilidade de exercício do mesmo após esta data. A Companhia então reverteu o montante de R\$ 10.290 referente a tal plano que havia sido contabilizado na reserva de capital em contra partida ao resultado do exercício.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

iv. Destinação do lucro do exercício

O estatuto social da Companhia prevê a seguinte destinação do lucro do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	425.222	357.375
Constituição da reserva legal (5%)	(21.261)	(17.869)
Dividendos mínimos obrigatórios	(4)	(3)
Dividendos adicionais propostos	(403.957)	(339.503)
Reversão reserva de investimento – anos anteriores	(96.039)	(60.493)

O Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$403.961, sendo R\$4 referente dividendo mínimo obrigatório e R\$403.957 referente ao dividendo adicional proposto. O valor foi proposto para distribuição conforme decisão em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, ocorrida em 12 de março de 2019.

**Reserva de investimentos**

Tem como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da companhia, até o limite máximo do capital social.

**Reserva legal**

Constitui uma exigência para as empresas brasileiras de capital aberto para reter 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. Em 31 de dezembro de 2018, foi proposto a destinação de R\$21.261 (R\$17.869 em 2017) a título de reserva legal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

27. AÇÕES EM TESOURARIA

A Companhia autorizou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações dos anos 2011 a 2014.

Plano	Data de autorização de recompra	Volume recomprado
Plano 2011	24/04/2012	1.097.439
Plano 2012	9/07/2012	2.491.517
Plano 2013	6/05/2013	2.120.319
Plano 2014	24/02/2014	2.245.357

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

	<u>Ações ordinárias (*)</u>	<u>Valor - R\$mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>6.933.838</u>	<u>70.614</u>
Realização de stock options até 31 de março de 2018	<u>(730.818)</u>	<u>(7.444)</u>
Saldo em 31 de março de 2018	<u>6.203.020</u>	<u>63.170</u>
Realização de stock options até 30 de junho de 2018	<u>(1.092.514)</u>	<u>(11.126)</u>
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>5.110.506</u>	<u>52.044</u>
Realização de stock options até 31 de dezembro de 2018	<u>(776.378)</u>	<u>(7.905)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>4.334.128</u>	<u>44.139</u>

(\*) Quantidade de ações

Custo médio histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação) é de R\$ 10,18

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações ordinárias em tesouraria em 31 de dezembro de 2018:

Quantidade de ações em tesouraria	4.334.128
Cotação por ação na B3 (R\$)	<u>9,35</u>
Valor de mercado (R\$mil)	<u>40.524</u>

A quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2018 representa 1,92% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

## QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

#### 28. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Data de vigência</u>		<u>Importâncias seguradas</u>
	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Dez -18</u>
Responsabilidade civil geral	21/07/2017	31/12/2019	1.996.420
Riscos de petróleo e operacionais	21/07/2017	31/12/2019	320
Total			<u>2.316.024</u>

#### 29. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime de tributação, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do exercício de carência o valor já pago pela Companhia é depositado em um fundo nominado que poderá ser utilizado para quitação de faturamentos futuros. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total é reconhecida na demonstração do resultado consolidada e refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>01/01/2018 a 31/12/2018</u>	<u>01/01/2017 a 31/12/2017</u>	<u>01/01/2018 a 31/12/2018</u>	<u>01/01/2017 a 31/12/2017</u>
Despesas previdência privada	<u>(94)</u>	<u>(94)</u>	<u>(1.313)</u>	<u>(1.060)</u>
Total	<u>(94)</u>	<u>(94)</u>	<u>(1.313)</u>	<u>(1.060)</u>

## QGEF PARTICIPAÇÕES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

---

#### 30. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores de imobilizado	57.835	17.964
Bens destinados a venda	-	70.003
Variação cambial sobre provisão de abandono e imobilizado	15.025	17.964
Encargos financeiros capitalizados	-	40.873

#### 31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2019 e autorizadas para arquivamento junto à CVM em 18 de março de 2019.

#### 32. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Conselho de Administração em reunião realizada em 12 de março de 2019 aprovou a proposta da administração para deliberar, dentre outras matérias, alteração da denominação social da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 18 de abril de 2019. De acordo com a referida proposta, caso aprovada, a Companhia passará a ter a seguinte denominação: Enauta Participações S.A.. A controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. também irá deliberar em sua próxima Assembleia Geral Extraordinária a alteração de sua denominação para Enauta Energia SA..

#### 33. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria</u>
Antonio Augusto de Queiroz Galvão Ricardo de Queiroz Galvão José Augusto Fernandes Filho Leduvy de Pina Gouvêa Filho Luiz Carlos de Lemos Costamilan José Luiz Alqueres	Lincoln Rumenos Guardado Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real Danilo Oliveira
<u>Conselho Fiscal</u>	<u>Controller e Contadora responsável</u>
Sérgio Tuffy Sayeg José Ribamar de Lemos de Souza Carlos Eduardo Parente de Oliveira Alves	Ana Glória de Oliveira Nogueira Fernanda Amaral Rodrigues de Britto CRC/RJ - 090.320 O-4